



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

IRIS DOS SANTOS VELAME
JULIANA NICACIO DOS SANTOS
MARIA DO SOCORRO CORDEIRO RODRIGUES
VIVIANE SANTANA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROPOSTAS POSITIVAS E PRÁTICAS
NEGATIVAS ENCONTRADAS NOS CURRÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SALVADOR**

SALVADOR

2023

IRIS DOS SANTOS VELAME
JULIANA NICACIO DOS SANTOS
MARIA DO SOCORRO CORDEIRO RODRIGUES
VIVIANE SANTANA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROPOSTAS POSITIVAS E PRÁTICAS
NEGATIVAS ENCONTRADAS NOS CURRÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SALVADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso , apresentado à
Universidade Católica do Salvador, como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Gorete Borges
Figueirêdo

SALVADOR

2023

IRIS DOS SANTOS VELAME
JULIANA NICACIO DOS SANTOS
MARIA DO SOCORRO CORDEIRO RODRIGUES
VIVIANE SANTANA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROPOSTAS POSITIVAS E PRÁTICAS
NEGATIVAS ENCONTRADAS NOS CURRÍCULOS DO MUNICÍPIO DE
SALVADOR**

Defesa realizada em 16 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Gorete Borges Figueiredo - Orientadora UCSal

Profa. Msc. Eurides Simões Soares Hide - Membro Interno UCSal

Profa. Dra. Nadjane Crisóstomo Prado - Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que nos deu capacidade e força de vontade para superar todos os desafios até a conclusão deste trabalho.

Agradecemos a nossa família e amigos por todo apoio e compreensão que nos foi dado durante todo o período acadêmico.

Aos professores, pelos ensinamentos que nos permitiram apresentar um melhor desempenho em nosso processo de formação. A nossa orientadora Prof^ª Maria Gorete Borges Figueiredo por todo auxílio, conselho e por ter sido muito solícita em vários momentos, o nosso muito obrigado.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROPOSTAS POSITIVAS E PRÁTICAS NEGATIVAS ENCONTRADAS NOS CURRÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

RESUMO: A educação é um direito humano fundamental que deve ser usufruído por todos, independentemente de sua origem ou condição social, em função de uma filosofia de ensino próprio e da multiculturalidade do Brasil, portanto deve ser aberta, flexível e adaptável à realidade de seus alunos. A proposta do currículo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisa estar pautada no referencial do trabalho docente. Em Salvador, o governo implementou várias políticas e programas para melhorar a qualidade da educação. A pesquisa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), adotou na realização deste estudo, o método de revisão bibliográfica e análise da literatura, por meio de estratégia de busca e seleção de sites, exame de artigos, livros, incluindo buscas na plataforma do Ministério da Educação da Cidade de Salvador, nos resultados de bancos de dados eletrônicos, bem como a aplicação de questionários qualitativos elaborados para traçar o perfil dos alunos matriculados ou evadidos, visando compreender os desafios enfrentados por eles. Ainda se faz necessário a necessidade de revisar e refletir os espaços curriculares da EJA na cidade de Salvador como políticas públicas que apoiem o acesso e a permanência, reafirmando os valores sociais.

PALAVRAS-CHAVES: EJA . CURRÍCULO. QUESTIONÁRIO.

ABSTRACT

Education is a fundamental human right that must be enjoyed by all, regardless of their origin or social condition, due to a philosophy of teaching itself and the multiculturalism of Brazil, therefore it must be open, flexible and adaptable to the reality of its students. The curriculum proposal for Youth and Adult Education (EJA) needs to be based on the framework of teaching work. In Salvador, the government implemented several policies and programs to improve the quality of education. The research of Youth and Adult Education (EJA), adopted in carrying out this study, the method of bibliographic review and analysis of the literature, through a search strategy and selection of sites, examination of articles, books, including searches on the platform of the Ministry of Education of the City of Salvador, on the results of electronic databases, as well as the application of qualitative questionnaires designed to outline the profile of enrolled or dropped out students, in order to understand the challenges faced by them. We conclude that it is necessary to review and reflect the curricular spaces of EJA in the city of Salvador as public policies that support access and permanence, reaffirming social values.

KEYWORD: EJA. CURRICULUM. QUESTIONNAIRES

1. INTRODUÇÃO

A educação foi firmada como um direito social e fundamental do homem, e está registrada no Artigo 6.º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, regida pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, artigos 205 a 214. Na garantia desses direitos alguns agentes são fundamentais, tais como: o estado, sociedade, e a família, reforçando na conscientização e obrigação de que todos merecem educação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino multifacetada pois permeia medidas que ultrapassam a questão educacional. Há alguns anos, esse tipo de educação estava resumido unicamente à alfabetização como um processo voltado apenas em aprender a ler e escrever desconsiderando os vários motivos que influenciam esses indivíduos a estudar, como as exigências do mundo moderno voltado para as tecnologias e cobranças econômicas que o mercado de trabalho induz.

A modalidade da EJA no município de Salvador, é uma garantia para os estudantes jovens e adultos, retornarem seus estudos e buscarem seus direitos e oportunidades, que estão assegurados na Constituição Federal e definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, não pode ser considerada como oferta menos importante, mas sim como uma modalidade educativa, que exige um modo próprio às especificidades dos sujeitos envolvidos.

Para tanto, este estudo tem como objetivo geral investigar em que medida os currículos aplicados na Educação de Jovens e Adultos no município de Salvador são eficazes. Diante da questão norteadora a pesquisa objetivou registrar os currículos aplicados no município, tendo como objetivos específicos: Verificar se as práticas docentes estão sendo reproduzidas de forma positiva ou negativamente. Identificar as principais causas da evasão desta modalidade.

Ao evidenciar essas questões, é preciso rever e refletir os espaços curriculares da EJA no município de Salvador, as políticas públicas que apoiam o acesso, o sucesso e a permanência, reiterando-se os valores fundamentais de interesse social, seus direitos e deveres. Tendo o mesmo critério com o respeito ao bem comum e à ordem democrática, levando em consideração as condições de escolaridade dos estudantes em cada instituição, a orientação do trabalho, e a promoção de práticas educativas formais e não formais.

A educação ofertada na EJA, defronta com um conjunto de situações e dilemas historicamente já registrados, onde ainda travam questões relacionadas ao próprio contexto educacional do Brasil. Faz saber que, em se tratando de educação, nos deparamos com enormes entraves desde investimentos financeiros, poucas escolas, infraestrutura de má qualidade, a falta de formação continuada do docente, desvalorização do professor, e um currículo engessado que não atende mais às necessidades desses estudantes.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil esteve acompanhada dos modelos políticos e econômicos vivenciados em cada época. Vale ressaltar que as contribuições da Educação Popular para a EJA foram enormes, assim como as defendidas pelo educador Paulo Freire, por uma educação emancipatória, centralizada no aluno, onde o saber popular é valorizado promovendo a consciência crítica e libertadora, a qual será registrada nesta pesquisa.

Pensar em Educação de Jovens e Adultos é pensar em Paulo Freire, que implementou-a com o pensamento libertador e humano, criando um homem novo, capaz de refletir e agir sobre ele, sem amarras que ditasse seu aprender, dentro de uma educação comprometida com consciência reflexiva e politizada.

Levando em consideração o estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e para a efetivação desta pesquisa, seguiu-se a abordagem do tipo revisão bibliográfica e análises documentais, através de estratégias de busca e seleção de sites, exames de artigos, livros, incluindo pesquisas em bases eletrônicas como o Google acadêmico, plataforma da Secretaria de Educação do Município de Salvador, e aplicação de questionários qualitativos visando compreender o perfil dos estudantes que estão inseridos ou que paralisaram os estudos, ambos com o intuito de conhecer os desafios enfrentados por todos eles.

As investigações através dos "Questionários sobre a EJA, com intuito de saber os porquês do retorno e afastamento do aluno dessa modalidade de ensino", elaboradas pelas autoras, foram aplicadas nas seguintes instituições: Escola Municipal Professor Alexandre Leal Costa, localizada na rua da Mangabeira, 29, no bairro de Nazaré; Escola Municipal Dona Arlete Magalhães, situada a rua Vitorino Alves Moitinho, 194, em Castelo Branco; Escola Municipal Graciliano Ramos, situada a rua Franco Velasco, 641, Alto de Coutos, fixado em Coutos; Escola Municipal Sociedade Fraternal, posicionada a rua Pastor José Guilherme de Moraes, 94, estabelecida em Pau da Lima. E em complementação para saber os possíveis motivos de evasão, interrupção ou paralisação dos estudos foi realizada uma pesquisa com 63 pessoas que já

estudaram nesta modalidade e que estão trabalhando em supermercados, camelôs, localizados nos bairros da Boca do Rio, Sussuarana, Cabula e Av. Sete, respondendo ao questionário para saber o porquê do afastamento da EJA.

2. HISTORICIDADE DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos, está voltada para os sujeitos que retratam as mesmas situações de vulnerabilidade. Considerando que esses alunos apresentam atraso da idade e de série, as grandes diferenças regionais, étnico, gênero, religião, colaboram de sobremaneira afetando todo o conhecimento educacional e de suas vidas. Eles cultivam o sonho de estudar, mas a sua realidade não condiz com a prática e com o currículo escolar que lhes são destinados.

É sabido que a EJA passou por várias configurações no decorrer da sua história no Brasil. A educação de jovens e adultos inicialmente surgiu através dos jesuítas, que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) crianças, jovens, adultos e indígenas com o intuito de propagar o catolicismo. Inicialmente, esse modelo educativo esteve atrelado à erradicação do analfabetismo, contanto as ações dos governos passados foram totalmente desorganizadas, sem nenhuma estruturação, e com a continuidade de novas lideranças governamentais que não deram seguimento.

A Constituição de 1934 fundou um Plano Nacional de Educação - PNE, e pela primeira vez, manifestava a preocupação com a educação de adultos ser uma obrigação e dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos. Mas somente na década de 40 com o governo de Getúlio Vargas que a educação para jovens e adultos passou a ser vista como um sistema importante para a educação brasileira. Diante dessa conquista, segundo HADDAD E DI PIERRO, 2000:

Pela primeira vez havia manifestação de um governo federal no sentido de conceber uma política nacional para essa parcela da sociedade. (HADDAD e DI PIERRO, 2000 p. 108).

Em decorrência do alto índice de analfabetismo, em 1942, foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) e programas de ensino para adultos, na tentativa de combater o analfabetismo. O analfabeto, ainda carrega estigma de ser um fardo para o Brasil, incansáveis e verdadeiros trabalhadores braçais, não conseguem marcar território de destaque na sociedade.

As políticas sociais, por sua vez, não conseguem chegar até esses brasileiros para serem incluídos na aprendizagem educacional e profissional.

Por conseguinte, com a necessidade de alfabetizar pessoas de idade maior, desde dos jesuítas até agora, surgiram alguns modelos que foram implementados, como o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) em 1947, voltado ao ensino supletivo. Ainda com o interesse de ampliar para além da alfabetização, consistiu num processo que acelerou, mas que tornou superficial o ensino, diminuído a carga horária e os conteúdos.

Os Centros de Ensino Supletivo (CES), foram muito importantes na inserção da EJA na escola, permitindo que esses indivíduos retornassem a frequentar as mesmas. Desta forma, o ensino supletivo, segundo Haddad e Di Pierro (2000):

Se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola. (Haddad e Di Pierro, 2000, p. 117).

Logo após, em 1950, o governo atual sentiu necessidade de realizar uma campanha para erradicar o analfabetismo, então criou-se o CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, desenvolvendo nesse período a maior mobilização no campo da educação de adultos até antes nunca visto.

De acordo com Paiva (2003):

“A CNEA preocupava-se com a educação popular de crianças e adultos e com a contribuição potencial ao desenvolvimento econômico social. Sua programação, destinada a diversas faixas de idade, visava combater o analfabetismo em todas suas frentes”. “Resultados positivos e muitas de suas recomendações e conclusões chegaram efetivamente a influenciar a direção tomada pelos serviços educacionais em algumas partes do país”. (Paiva 2003, p. 241 a 247):

Infere-se que, as contribuições produzidas por essa campanha foram relevantes no que se refere à sua função, chegando a influenciar outros programas de educação popular surgidos logo depois, mas acabou sendo extinta em 1961, principalmente, por falta de financiamento. Posteriormente, na década de 1960, a partir do pensamento pedagógico de Paulo Freire, surgem novas propostas para a alfabetização de adultos, como o Movimento da Educação de Base-MEB.

O Movimento da Educação de Base- MEB surgiu através da igreja católica, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas com o objetivo de alfabetizar pessoas jovens e adultas nas diversas regiões do País, principalmente, nas regiões do nordeste e do norte. Suas fundamentações eram executar, naquelas áreas, programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola, e promoção social.

Em seguida, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. O ensino supletivo passou a se destacar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971 e nos anos de 1980, o Ministério da Educação resolve apoiar financeiramente e tecnicamente às iniciativas de alfabetização existentes implantando a Fundação Educar - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos sob o Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985.

Justamente, no governo de Fernando Collor, a Fundação Educar teve suas atividades interrompidas, em sua plataforma de administração implantou o enxugamento dos gastos públicos com a educação na intenção de controlar a inflação. Nessa mesma governança, desenvolveu um Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) no campo da EJA com poucos recursos repassados para entidades públicas e privadas no desenvolvimento de projetos de alfabetização, obtendo resultados insatisfatórios na diminuição do analfabetismo, ficando o ensino da EJA mais uma vez comprometido.

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve várias mudanças na política nacional de educação. Juntamente aprovando o novo Guia Nacional de Educação e Lei de Bases (LDB) no Congresso Nacional em 1996, foi reafirmado com base nos princípios da constituição de 1988, a educação como direito, que devem ser oferecidos em igualdade de condições de acesso, posse, valorizando a liberdade de aprender, ensinar, a pluralidade de ideias e conceitos pedagógicos.

Diante da Constituição Federal de 1988, tem em seu Art. 205 garantido a educação como direito:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da

cidadania e sua qualificação para o trabalho e a educação para todos os cidadãos brasileiros. (Constituição Federal de 1988 Art. 205).

Com o surgimento da nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases de 1996, no seu art. nº 22 anuncia que a educação para esse público está prevista na modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos como partícipe da Educação Básica, reafirmando que seja pública e gratuita estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996). A partir de então, o ensino para adultos ganharia amparo legal, ficando respaldado na lei educacional mais importante do país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, disserta no seu Artigo 1º e em seus incisos:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1 Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias; § 2 A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (LDB, 1996).

Essas bases, reitera com propriedade probatória o direito da educação ser para todos e em todas as idades, identificando que a educação direcionada a esses discentes necessita de mais atenção, abordagem pedagógica como conteúdo, metodologias, organização e processos diferenciados.

No que tange à organização curricular da EJA, surgiram preocupações na garantia da sua aplicabilidade e no ano de 2000 as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA) são formuladas com a expectativa de construção de uma organização curricular nacional para a EJA. Conjuntamente com a LDB, essas diretrizes são as primeiras ações relevantes de construção da organização curricular do Brasil para essa educação. (FÁVERO, 2011, pp. 29 – 48).

Em 14 de agosto de 2002, foi instituído pela Portaria nº 2.270 do Ministério da Educação, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), apresentado como um “instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos em nível do ensino fundamental e do ensino médio” (Brasil. MEC, 2002).

O Enceja, trata-se de uma política formulada pelo governo federal para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com dois objetivos principais: ser uma alternativa aos exames supletivos aplicados nos Estados como forma de certificação de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, colaborando para a correção do fluxo escolar, da Educação juntamente com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Nesse sentido, foram feitas estratégias para ampliar as avaliações em larga escala e a criação do Enceja como exame de certificação para jovens e adultos. Em 2002 seus críticos estavam céticos porque isso representaria um investimento que avaliaria e colocaria todos os seus serviços educacionais em segundo plano, podendo visar o setor privado.

Depois da edição piloto em 2002, o exame foi suspenso e ficou dois anos sem sua aplicabilidade no Brasil. Entretanto, em 2002 e 2009, o exame foi aplicado no exterior, inclusive no Japão, com a participação da Secretaria de Educação do Paraná, responsável pela aplicação das provas e pela certificação dos aprovados.

Além da suspensão dos exames, procurou-se estabelecer uma política modelo EJA de ensino público, que tomaria um novo rumo, à medida que os movimentos sociais se engajassem mais ativamente em comitês de governo. Em 2004, foi criado o Ministério da Educação; Educação Continuada; Alfabetização e Diversidade (Secad), que visa desenvolver a política nacional para a EJA, criado no mesmo ano.

O Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) teve a participação de vários movimentos sociais afetando a reformulação desta política. Algumas propostas também participaram desse desenvolvimento educacional, em 2005, o PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária), o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), criado em 2005 e redefinido em 2006, promovendo a educação profissional e a qualificação social, a partir das demandas de diversas áreas da economia brasileira, oportunizando aos jovens o início da sua carreira profissional.

Em 2007, a DACC (Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências) foi extinto e criado o Conselho de Avaliação da Educação Básica (Daeb), que inclui Enem, Saeb, Prova Brasil e Enceja. A mudança sistêmica está associada ao fato de que após o conflito existente entre o Inep, Secad e Presidência dos Opositores, o exame tenha sido frustrado. Já em

2006, o compromisso da agência foi relaxado na aplicação da avaliação. Em 2009, foi criado o PNLA (Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos), para garantir que as escolas e os sistemas públicos recebam livros didáticos de qualidade.

Em 2012, o Enceja completou dez anos de existência. Mesmo assim, é uma política ainda pouco consolidada, pois, ao longo desse período, sua execução foi marcada por grande inconstância no processo de organização e aplicação pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Apesar dessa incerteza de sua realização, em um quadro aparentemente contraditório, o exame assumiu uma importância crescente ao longo dos anos, com grande incremento do número de inscritos e de adesões por parte das secretarias de educação.

Em resumo, como se deu as edições do Enceja; Entre 2002 e 2011, o diretor do Enceja, e do Inep, contaram com oito diferentes presidentes. A estrutura organizacional também foi mudada, foram substituídos diretores da pasta mais de uma vez, comprometendo suas ações. Antes disso, o exame era organizado por uma coordenação específica da Direção-Geral com avaliação e acesso ao ensino superior.

O Crescimento contínuo do Enem e o alto volume de avaliação realizado pelo Inep (Enade, Provinha Brasil, Prova Brasil, Saeb e Enem) impactou no Enceja ficando assim em segundo plano. No Inep, nunca houve descompasso na realização do ENEM, porém, no que se diz respeito ao Enceja, a sua concretização é sempre um calendário a ser definido, ou seja, não há certeza se vai acontecer todos os anos. Como por exemplo as edições de 2009, 2011 e 2012 que não se concretizaram.

Existe muito preconceito e uma visão marginalizada a respeito das pessoas, especificamente dos jovens e adultos, que não tem oportunidade e/ou acesso à educação e que precisam fazer escolhas entre o ensino ou o trabalho para sua sobrevivência e de sua família, por isso não conseguem estudar. Por sua vez, a Educação de Jovens e Adultos, muitas vezes foi vista como não prioritária e nas décadas de 1980 e 1990 já a considerava obsoleta porque a expectativa política era que o investimento na educação básica efetiva eliminasse a necessidade dela ao longo prazo.

Desta maneira, a modalidade tem sido marcada por três funções importantes: Reparar, Equalizar e Qualificar: Na reparação como resgate da pessoa em retornar ao ensino, a ter o direito a uma escola de qualidade com igualdade e ao mesmo tempo compensatório por parte

do poder público em relação à evasão e ao fracasso estudantil. Na função equalizadora coloca o discente em igualdade com aqueles que conseguiram estudar normalmente, oferecendo novas oportunidades na educação, novos caminhos laborais e sociais. Na função qualificadora oportuniza a todos a atualização de conhecimentos por toda vida e do caráter permanente da educação para todos a qualquer tempo, podendo se qualificar para outras oportunidades na educação escolar.

Evidentemente que a educação de jovens e adultos, é atribuída àqueles que não contam com a oportunidade e com a continuidade de estudar nas fases do ensino fundamental e médio, cumprindo a idade correta. Mediante o autor (ARROYO, 2008) que ressalta:

A história oficial da EJA se confunde com a história do lugar social reservado aos setores populares. É uma modalidade do trato dado pelas elites aos adultos populares. Entretanto, não podemos esquecer que o lugar social, político, cultural pretendido pelos estudos como sujeitos coletivos na diversidade de seus movimentos sociais e pelo pensamento pedagógico progressista tem inspirado concepções e práticas de educação de jovens e adultos extremamente avançadas criativas e promissoras nas últimas quatro décadas. (ARROYO, 2008, p.221-222).

Nesse cenário as ações pertinentes que influenciaram as políticas dos currículos da EJA, foram as CONFINTEAS (Conferência Internacional de Educação de Adultos) principalmente a V CONFINTEA de 1997, realizada em Hamburgo, que afirmou o compromisso de luta mundial pelo direito à educação de Jovens e Adultos.

Reforça em sua Declaração de Hamburgo, 1997, o seguinte texto:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século 21; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo, 1997 p.3).

Seu marco teve a participação de 170 nações participantes que assumiram o compromisso com a alfabetização ao mesmo tempo em que sinalizou para a ampliação da concepção da EJA sem intervalos. As CONFINTEAS, intercedeu na criação e na intensificação de espaços próprios para EJA no mundo.

Sobre a influência da CONFINTEA, Paiva (2005) assegura que:

(...) com vistas a cumprir a metodologia de trabalho recomendada pela Unesco, no sentido de reunir e agregar estudiosos, pesquisadores, militantes, professores, educadores de órgãos públicos e privados, governamentais e não-governamentais, teve no Brasil uma forte movimentação, em direção a própria Conferência, e em novos e legítimos desdobramentos, que marcaram em definitivo a história política da EJA no país. Paiva (2005, p. 105)

Diante da V CONFINTEA, essa foi muito significativa na questão de ampliar os espaços e a produção das políticas de currículo da EJA mundialmente. Em relação a VI CONFINTEA, que foi realizada em 2009, pela primeira vez no hemisfério sul, em Belém do Pará, aqui no Brasil, com o tema “Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem de adultos”, que teve como objetivo principal combinar a aprendizagem e educação de adultos com outras agendas internacionais, reafirmando o compromisso político do Estado brasileiro, para avançar na garantia do direito à educação para todos. Trata-se de um documento de Estado e não só de Governo que, de forma clara e real, reconhece os obstáculos ainda existentes, comprometendo-se em:

- a) promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação;
- b) enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento;
- c) renovar o ‘momentum’ e o compromisso político e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação. (BRASIL,2009)

Diante deste quadro, essa modalidade apresenta índices que precisam ser revertidos com a aplicação de uma educação planejada, contínua, contextualizada e com investimentos econômicos por parte do governo federal, estadual e municipal. Nessa mesma esteira de pensamento, traz a importância de se desenvolver uma Educação de Jovens e Adultos voltada para a criticidade, possibilitando a transformação social.

O grande educador Paulo Freire em uma das suas obras; Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa de 1996 e Educação como Prática de Liberdade de 2006, defende que a prática do ensino planejada inserido em um fazer social pode ser tido como prática transformadora, onde a aprendizagem do homem se amplia de acordo com a educação.

2.1 Documentos Oficiais que buscam fundamentar conceitualmente a EJA

Ao analisar a história da EJA, percebe-se que houve evolução em relação à educação brasileira, dando mais oportunidades para esse público através dessa modalidade. Vale destacar, que essa evolução decorre também de documentos oficiais voltados para melhoria da qualidade do ensino. Esses documentos são como espécie de atos oficiais e têm funções de legalização e autorização. Portanto, a gestão escolar na educação básica deve estar atenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 9.394/96), que no seu artigo 37, diz:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei n.º 9.394/96).

Além deste importante documento, existem outros que a gestão escolar deve não apenas conhecê-los, mas também exercê-los na prática, como os documentos estabelecidos em registros federais elaborados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e por meio da Câmara de Educação Básica (CEB), que trazem informações e atualizações importantes sobre esta educação. Sendo os mais atuais:

“A Resolução CNE/CEB nº1/2021 do Conselho Nacional de Educação, aprovada em 28 de maio de 2021, foi criada com a intenção de atualizar as diretrizes para orientar a organização, os currículos e a oferta da EJA alinhadas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Lei nº 13.415/2017.

A Resolução CNE/CP nº1 de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.” (CNE/CEB, 2021).

Além destas resoluções e do parecer do CNE, houveram importantes contribuições para a educação como a Lei 13.005/2014 do PNE (Plano Nacional de Educação) que estará em vigor até 2024 e em seu art. 2. Fala sobre as diretrizes que o PNE estabeleceu, sendo uma delas: II - universalização do atendimento escolar.

Além do PNE, existe também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento normativo para as redes públicas e privadas de ensino, conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996). diz que:

A Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas

públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. (BRASIL, 2018, p.35)

Por conseguinte, os documentos oficiais que instaurou a modalidade de ensino da EJA tem o compromisso de ofertar uma educação de qualidade para que todos possam de fato concluir seus estudos, além disso, esses documentos garantem o compromisso do governo para com a sociedade.

3. A Concepção do Currículo na EJA

A concepção curricular da Educação de Jovens e Adultos, parte da necessidade de se levar em consideração quem são os alunos e quais são as suas vivências, para que a partir desse ponto o currículo faça adaptação que tenha sentido e atenda aos seus anseios. Com o intuito de proporcionar a EJA de forma igualitária, o currículo precisa atendê-los respeitando suas diferenças sociais quanto econômicas, na valorização de suas identidades culturais e regionais.

Apple (1986), o currículo numa perspectiva transformadora e crítica se desenvolve a partir da interpretação e dos reflexos sociais. Nessa perspectiva, o currículo necessita atender esses sujeitos respeitando seus espaços, como integrantes e construtores desse com uma visão bastante ampliada proporcionando aprendizado crítico e dialógico.

Com o reconhecimento educacional e das suas manifestações, (OLIVEIRA, 2016), contextualiza sua visão:

De que mais do que nunca, nos tempos presentes, aprende-se na prática social pelas formas como seres humanos ocupam e se projetam no mundo, agindo sobre ele e transformando-o, para si e para produzir o que se vem conhecendo como “complexidade do mundo” – não do mundo, em sentido único, mas de um mundo, particular, singular –, e de cada sujeito cognoscente que sobre ele atua, com suas aprendizagens, formas de conhecer, de intervir e de interpretá-lo. (OLIVEIRA, 2016, p.22.)

Todavia, nos ambientes de EJA, convivem distintos indivíduos em ambientes culturais, manifestações, dos quais cada um teve sua própria construção e tem seu objetivo, o que necessariamente significa dizer que essa convivência não acontece pacificamente e sem nenhuma tensão, logo, são questionamentos e necessidades contrários fazendo com que os contextos curriculares sejam aplicados diferentemente no sentido de atendê-los ampliando as possibilidades de conhecimento.

Segundo ARROYO, 2006:

A EJA tem de fazer um currículo sério de conhecimento e tem de capacitar seus educadores no domínio desses conhecimentos vivos, que são os conhecimentos do trabalho, da história, da segregação, da exclusão, da experiência, da cultura e da natureza. (ARROYO, 2006, p.31.)

Com a mesma preocupação de instigar Arroyo, (2006) pergunta como capacitar educadores da EJA que tenham esse faro, essa capacidade de captar o que é conhecimento vivo e conhecimento morto? Hoje há um grande debate sobre esse questionamento, não são apenas conhecimentos a serem transmitidos, mas como esses processos devem acontecer.

Por isso, o currículo perpassa por indagações diferenciadas que venha atender esse público considerando as suas narrativas, as experiências de vida, os significados que cada grupo tem, a conquista por moradia, terra, sua inserção no mercado de trabalho, e a valorização dos seus saberes, conseqüentemente construídos dentro de uma construção dialógica emancipatória.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação e o Conselho Nacional de Educação, no ano de 2000 promulgou e elaborou a modalidade da EJA, valorizando a cultura baseada na oralidade, o respeito do tempo e espaço para seus discentes, o tratamento presencial dos conteúdos curriculares, distinguindo as faixas etárias entre os jovens e adultos, como também a criação de projetos pedagógicos próprios que atendam as especificidade dos cursos noturnos regulares.

Portanto a EJA, é um direito constituído e regulamentado a realização de exames, oferecendo o Ensino Fundamental a maiores de 15 anos e o Ensino Médio a maiores de 18 anos (BRASIL, 2000). Para a organização dos currículos deverão ser observadas as competências gerais e específicas, os componentes essenciais para o ensino da escrita e da leitura descritos na Política Nacional de Alfabetização, bem como as habilidades previstas na BNCC para cada uma das etapas da educação básica correspondentes.

Considerando todas as premissas acima, o currículo da Educação de Jovens e Adultos passa por segmentos: 1º, 2º, e 3º que devem ser pensados articulando a formação geral e profissional. Portanto, correspondente ao 1º segmento o Ensino Fundamental, ou seja, os anos iniciais, atenderá os que não concluíram esta etapa da educação básica de forma presencial e tem como objetivo a alfabetização inicial e o desenvolvimento de leitura e escrita, como uma qualificação profissional inicial, a carga horária será definida pelos sistemas de ensino, devendo assegurar pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar os componentes essenciais da alfabetização e 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática.

Em se tratando dos conteúdos neste 1º segmento, sua matriz contempla a Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza, Ensino Religioso, as habilidades científicas, desenvolvimento das linguagens, mundo do trabalho, cultura, tecnologia, produção artística, atividades desportivas e corporais, área da saúde e da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano dos alunos.

O 2º segmento, correspondente ao Ensino Fundamental, os anos finais, que atenderá pessoas que não concluíram esta etapa da educação básica, integra sua matriz curricular Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira, juntamente com questões importantes da sociedade brasileira, como Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho, Consumo, e Tecnologia, podendo ser ofertada presencialmente ou à distância com o objetivo de fortalecer a integração da formação geral por meio do aprofundamento dos conhecimentos da alfabetização e séries iniciais com a formação profissional, carga horária total mínima será de 1.600 (mil e seiscentas) horas.

E por fim, o 3º segmento corresponde ao Ensino Médio, presencial ou a distância, que atenderá pessoas que não concluíram a educação básica, que deverá ser planejada e organizada ofertando caminhos de formação geral básica quanto técnico-profissionalizantes, com a carga horária total mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas. Seus componentes curriculares são Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Educação Física, Arte, Matemática, Física, Biologia, Química, História, Sociologia e Filosofia.

Os sistemas de ensino do Ensino Médio para os Jovens e Adultos poderão organizar os cinco itinerários formativos integrados, que devem ser organizados por meio da oferta de diferentes estruturas curriculares sendo que até 960 (novecentas e sessenta) horas serão destinadas à BNCC e 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido (Lei n.13.415/2017,art.4º,§ 3º).

Ao tratar da etapa do Ensino Fundamental, a EJA tem a preocupação em aproximar o conteúdo trabalhado na aula à realidade do discente, como também trabalhar temas sociais importantes que permitam a construção e a capacidade de analisar criticamente, desenvolvendo o raciocínio na resolução de problemas relevantes, compreendendo os fatos e os fenômenos.

3.1 A Educação de Jovens e Adultos no Município de Salvador

No artigo Identidades Juvenis e Escola, o autor Paulo Carrano faz uma representação ilustrativa sobre a importância do conhecer a pessoa contando o seguinte fato:

O professor Moacyr de Góes contou uma história muito interessante sobre um padre que ensinava Latim para crianças muito pobres na cidade de Natal. Quando lhe perguntaram como fez para ensinar Latim ao João, ele disse: Para ensinar latim ao João? Primeiro foi preciso conhecer o João. O Latim veio depois. (CARRANO, 2008. p.156).

O autor faz a observação da necessidade de conhecer os sujeitos para depois realizar as atividades almeçadas, ou seja, considerando a educação para os jovens e adultos, há relevância em compreendê-los melhor sua formação enquanto sujeitos sociais no intuito de alcançar êxito no processo educacional.

De acordo com o Conselho Municipal de Educação (CME) que é um órgão colegiado integrante da Administração Direta, vinculado à Secretaria Municipal da Educação (SMED) e tem por finalidade exercer as funções normativas, deliberativas e consultivas referentes à educação, na área de competência do Município do Salvador, de acordo com o Art. 187 da Lei Orgânica do Município, ratificado pelo Art.17 da Lei Municipal nº 4.304/91, com nova redação dada ao Parágrafo único desse artigo, pela Lei nº 7.068/2006.

Nesse aspecto, o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME, no uso de suas atribuições legais expressas no seu Regimento Interno, estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, considerando:

- I - o direito fundamental de todos à educação ao longo da vida;
- II - a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, aos jovens e adultos que não tiveram acesso a ele na idade própria;
- III - a identidade própria dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA, como modalidade de ensino, adequada às condições de vida e trabalho do educando, garantindo aos mesmos o acesso e a permanência na escola;
- IV - que o ensino fundamental para jovens e adultos possa associar-se aos cursos de qualificação para o mundo do trabalho e de certificação de competências para o prosseguimento dos estudos.

Ao tratar da implantação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no sistema municipal de ensino de Salvador, foi regulamentada pela Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 41 de 10 dezembro de 2013, a Instrução Normativa estabelecida pela portaria nº 003 de 07 de janeiro de 2014 e a matriz curricular da portaria nº 251 de 07 de julho

de 2015, em atendimento a todos os jovens que buscam essa educação, a partir de posturas afirmativas, pois entende que a mesma não deve ser comparada a um simples modelo.

Seguindo em conformidade com as orientações e diretrizes nacionais organizado da seguinte forma:

I - EJA I - integraliza os anos iniciais do ensino fundamental com duração de 2.400 horas distribuídas em três anos formativos:

a) Tempo de Aprendizagem I - com ênfase nos processos de alfabetização e letramento, devendo ser garantida aos educandos a progressão continuada para o Tempo de Aprendizagem II, baseada em estratégias pedagógicas que garantam um atendimento diferenciado no decorrer de todo o processo educativo;

b) Tempo de Aprendizagem II - com promoção para o Tempo de Aprendizagem III ou escolaridade equivalente;

c) Tempo de Aprendizagem III - com promoção para a EJA II ou escolaridade equivalente.

II - EJA II - integraliza os anos finais do Ensino Fundamental com duração de 2.000 horas distribuídas em dois anos formativos:

a) Tempo de Aprendizagem IV - com promoção para o Tempo de Aprendizagem V ou escolaridade equivalente;

b) Tempo de Aprendizagem V - com promoção para o Ensino Médio ou escolaridade equivalente.

Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese poderá haver retenção do educando no Tempo de Aprendizagem I, devendo apresentar, no entanto, a frequência mínima exigida. Todos esses itens apresentam-se em consonância com a Resolução do CME Nº 041/2013.

3.2 Estrutura Curricular do Município da EJA Salvador

O currículo da EJA do município de Salvador acompanha a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo como um dos princípios uma educação integral e interdisciplinar, quanto a sua estruturação estão presentes projetos e atividades interdisciplinares que devem abordar os eixos: Mundo do Trabalho, Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável, Informática e as Questões Étnico Raciais, todos os eixos a critério da Unidade Escolar.

As áreas apontadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município de Salvador, segue sua fundamentação de acordo com o seu Art. 7º, amparados nos princípios vigentes desta modalidade de ensino, com a seguinte estrutura:

I - EJA I - A base nacional comum do currículo compreendida pelos componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Educação Física e Estudos da Sociedade e da Natureza - equivalentes a Geografia, História e Ciências Naturais.

II - EJA II - A base nacional comum do currículo estruturada por áreas do conhecimento:

a) Área I - Linguagens, que compreende os conhecimentos relativos aos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física.

b) Área II - Matemática, que compreende os conhecimentos relativos ao componente curricular da Matemática.

c) Área III - Ciências da Natureza, que compreende os conhecimentos relativos ao componente curricular das Ciências.

d) Área IV - Ciências Humanas, que compreende os conhecimentos relativos aos componentes curriculares História e Geografia. (p. 1-2 CME, 2013).

Em atendimento a essa modalidade, apresenta no seu Art. 8º, seu currículo deve abranger temáticas estabelecidas na legislação educacional que propiciem a integração dos componentes curriculares e a interdisciplinaridade como o Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, ministrado nas áreas de Língua Portuguesa, Arte e História; A Educação Ambiental; Música; A Economia Solidária abordando os processos de produção e as relações de trabalho; Desenvolvimento Sustentável, promovendo o debate sobre recursos naturais; Informática, contemplando o acesso às novas tecnologias da informação associada às práticas sociais.

Nos eixos norteadores do Currículo de Salvador, também são previstos na organização curricular: trabalho, cultura e ambiente, ética e cidadania, democracia e poder, direitos humanos, gênero e etnia, visando formar cidadãos com domínio dos instrumentos básicos da leitura, da escrita e do cálculo matemático para interferir e agir criticamente sobre o mundo.

Em se tratando do processo de avaliação, segue de maneira processual e contínua, integrada a todo processo educacional, será aprovado o educando que, ao fim do ano letivo, obtiver frequência igual ou superior a 75% do total de horas obrigatórias do período letivo ou média anual igual ou superior a 5,0 (cinco) em cada componente curricular.

Em 2020, segundo a Secretária Municipal da Educação, 117 escolas municipais ofertavam aulas para o EJA I – TAP I, II e III, que fazem a equivalência do 1º ao 5º ano. Já as aulas do EJA II - TAP IV e V, que vai do 6º ao 9º ano, em 88 colégios da rede municipal de Salvador. Atualmente, a quantidade de alunos matriculados por segmento EJA I totaliza em

2589 (dois mil quinhentos e oitenta e nove) alunos e no segmento EJA II somam 3434 (três mil quatrocentos e trinta e quatro) alunos na rede, ofertada no segmento I em 327 (trezentos e vinte e sete) escolas, e no segmento II em 172 (cento e setenta e duas) escolas.

4. A importância de Paulo Freire para a EJA

Durante os anos 50, o país caminhava para um desenvolvimento crescente e precisava de mão de obra qualificada, tendo desenvolvido várias campanhas de alfabetização no sentido de erradicar o analfabetismo. Em 1958, no Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro surge a Educação Popular sob as idealizações de Paulo Freire, apresentando uma educação comunitária e conscientizada a, confrontando com o sistema político da época que investia na educação profissionalizante, voltada para a economia.

Para Paulo Freire, por meio da educação, existia a possibilidade de ampliar a participação firme das massas e mover a sua crescente organização. Visto que, a sua metodologia opunha a percepção do analfabeto como um indivíduo sem cultura, o que compreendia em trazer o argumento do que é cultura a fazer para que os sujeitos se reconheçam como produtores dela, por meio de suas próprias vivências no cotidiano, onde, a alfabetização enquadra-se como mais um objeto para a leitura do mundo.

Conforme Brandão em Educação Popular

Preconiza um primeiro passo dizendo esta teoria de educação popular, é basicamente uma relação entre a palavra e o poder. Porque a palavra é um ato de poder, o que equivale afirmar que ela não é apenas um entre os seus outros símbolos, mas o seu exercício. (Brandão, 2006, p.10.)

Nesse sentido, a educação idealizada por Freire, é pautada na emancipação libertadora que o sujeito pertence, independentemente de sua condição social. Portanto, coube a educação popular criada por ele, mobilizar-se, organizar-se, capacitando as camadas sociais para poderem falar e serem ouvidas, reconhecendo os saberes individuais, através do conhecimento.

5. PERCURSO METODOLÓGICO/ANÁLISE DE DADOS

A partir dos objetivos explicitados na introdução, os procedimentos para a realização desta pesquisa consistem em apresentar os resultados dos questionários aplicados nas Escolas Municipais: Professor Alexandre Leal Costa; Dona Arlete Magalhães, Graciliano Ramos e Sociedade Fraternal. Realizada com 63 pessoas, para estudantes ativos e matriculados e com

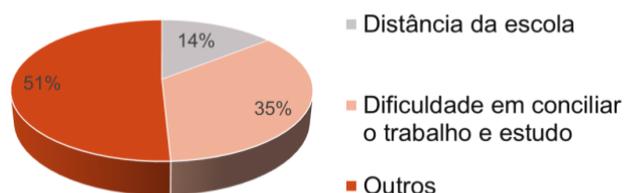
indivíduos que desistiram de estudar. Assim, é classificada como qualitativa, sendo que a pesquisa apresentada foram coletadas com a utilização da ferramenta Google Forms e tiveram o objetivo de avaliar os currículos aplicados da EJA e a evasão com base na percepção dos respondentes. Essa abordagem foi escolhida por ser uma estratégia de pesquisa abrangente e porque traz a possibilidade de analisar/investigar em que medida o currículo no município de Salvador está sendo aplicado.

Em conformidade com Marconi & Lakatos (1996, p. 88) definem o questionário estruturado como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. A importância do questionário são muitas, desde conseguir alcançar um número maior de pessoas, ele garante o anonimato ao questionado, além de ser mais rápido e econômico, de fácil compreensão, permitindo aos respondedores entenderem o que está sendo perguntado, facilitando dessa forma analisar, e comparar as respostas.

A Secretaria Municipal de Educação de Salvador tem se empenhado em oferecer diferentes oportunidades para aqueles que precisam concluir seus estudos, o município de Salvador oferta a modalidade de ensino EJA em 499 escolas distribuídas em vários pontos da cidade. Embora muitos avanços tenham sido feitos, ainda há muito trabalho para alcançar uma educação universal e de qualidade, garantindo a matrícula e a permanência dos alunos na escola.

Do total de entrevistados, 16% interromperam os estudos no ensino médio, 84% dos entrevistados interromperam os estudos no ensino fundamental, todos desejavam retomar os estudos, portanto estão matriculados no ensino EJA. Foi questionado aos entrevistados sobre os motivos da interrupção dos estudos, conforme o gráfico 01, 14% interromperam os estudos pois as escolas eram distantes, 35% encontraram dificuldade em conciliar os estudos com o trabalho, 51% responderam que interromperam os estudos por outros motivos.

GRÁFICO 1 - Motivos de Interrupção dos estudos



Fonte: Dados da Pesquisa realizada pelas autoras, 2023.

Considerando que o ensino EJA é uma alternativa para jovens e adultos que não concluíram os estudos básicos no período adequado e o fato do mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, muitos jovens e adultos necessitam retornar aos estudos para concluir o ensino básico e até mesmo poder ingressar no ensino superior. Questionamos aos entrevistados o motivo deles optarem pelo retorno ao ensino através do EJA, 44% informaram que optaram pelo ensino EJA para melhorar os estudos, 27% ingressaram para aprender a ler e escrever, 24% informaram que decidiu ingressar no ensino EJA por conta de exigências do mercado de trabalho e 5% não tinha outro recurso para melhorar os estudos.

Sabemos que diversos fatores extraescolares desestimulam os estudantes e os levam a abandonar os estudos, considerando este fato, apresentamos aos entrevistados um questionamento sobre as dificuldades encontradas para se manter em sala de aula, conforme o gráfico 2, 53% informaram que por necessidade de renda podem ficar sem frequentar a sala de aula, 37% encontram dificuldade de locomoção para acesso à escola, 5% responderam que sofrem preconceito, o que os afastam da sala de aula e 5% dos entrevistados sentem que os educadores não oferecem um ensino de qualidade.

Gráfico 2: Dificuldades para se manter em sala de aula

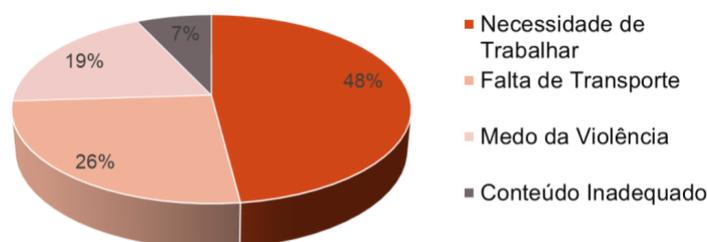


Fonte: Dados da Pesquisa realizada pelas autoras, 2023.

Entrevistamos alguns alunos do EJA que não concluíram os estudos e questionamos sobre os motivos que ocasionaram a desistência dos estudos, no gráfico 3, apresentamos os dados coletados sobre este quesito, 48% dos entrevistados informaram que desistiram por necessidades de trabalhar, 26% falta de transporte para locomoção, 19% informaram que

desistiram por medo da violência, pois muitas escolas são em bairros periféricos e 7% informaram que desistiram por achar o conteúdo inadequado.

Gráfico 3: Motivos de Evasão dos Alunos



Fonte: Dados da Pesquisa realizada pelas autoras, 2023.

Nos resultados do questionário, observou-se que a taxa de interrupção ou desistência ainda é grande, sendo o maior obstáculo conciliar os estudos com o trabalho, já que a maioria precisa manter a família. Ainda, persistem o fator de discriminação ou preconceito por não conseguirem prosseguir com sua formação escolar no período adequado, os quais não se sentem confortáveis na sala de aula com outros jovens. De acordo com os discentes, a maioria dos professores se preocupam com a metodologia aplicada no sentido de tentar aproximar da sua realidade, mas em contrapartida existem docentes que se mantêm distantes, pois, ainda não fizeram nenhum curso sobre a EJA e acabam insistindo em praticar da mesma forma sua metodologia empregada no ensino regular ou seja tradicional para todos.

Portanto, em resposta ao objetivo geral e específico os currículos estão sendo aplicados, porém, não produz frutos eficazes devido os vários motivos citados acima e os questionamentos feitos nesta proposta não estão atingindo resultados positivos, conseqüentemente é preciso rever e refletir os espaços e a metodologia curricular da EJA no Município de Salvador. Conclui-se então que essa prática curricular não contribui para o pleno êxito desta modalidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises apresentadas e aferidas, os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos ainda perpassam por situações outrora, onde, os mesmos lutam pelo reconhecimento como sujeitos sociais desse País e que tenham seus direitos e as oportunidades iguais garantidos, direitos estes que estão assegurados na Constituição Federal, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, não pode ser considerada como oferta menos importante, mas sim como um mecanismo educativo, que exige um modo próprio às especificidades dos sujeitos envolvidos.

A partir do referencial teórico foi possível conhecer melhor a EJA, a sua historicidade, as leis e diretrizes que amparam esse modelo, ainda assim, faz-se necessário um olhar diferenciado da governança em garantir de fato essa prática, através de políticas públicas do município que estimulem e possibilitem o avanço desse ensino educativo, pensada na formação contínua e emancipadora desses indivíduos, com profissionais que tenha formação nesse eixo, persevera ainda o problema da evasão por vários motivos, como os registrados pelos discentes nos questionamentos da pesquisa.

O objetivo proposto foi alcançado quando na averiguação das análises dos dados, foi possível verificar que os currículos estão sendo aplicados, mas infelizmente em contrapartida não estão obtendo resultados positivos, ou seja, apenas gerando insatisfação, já que os docentes que se encontram na sala de aula, ainda praticam um contexto tradicional não atendendo de maneira exemplar os educandos, devido às suas singularidades, implicando na desistência por falta de estímulos, e outro fato culminante da desistência acontecer é em razão de procurar recursos financeiros para manutenção de suas necessidades.

Em relação ao dado da pesquisa, outro ponto que chama atenção para este afastamento é o aumento simultâneo da violência que gerou uma contribuição significativa, implicando negativamente na eficácia da aplicação dos currículos. Portanto, analisando conjuntamente as implicações de evasão escolar por alguns sujeitos que fizeram parte desta modalidade, a pesquisa identifica de um modo positivo para um possível retorno à classe escolar, caso contassem com políticas públicas que proporcionasse transporte gratuito e bolsa de incentivo, dessa forma haveria mais oportunidade ao direito à educação.

Considerando a formação dos programas da Educação de Jovens e Adultos no município de Salvador fica evidente que ainda preza por antigas formas pedagógicas, tendo em

conta que os docentes efetivados no contexto escolar não possuem uma capacitação para lidar com esta modalidade de educação o que contribuiu para o aumento da evasão, mesmo com o olhar particular para a valorização cultural, do mundo do trabalho, da economia solidária, do desenvolvimento sustentável, da Informática e das questões étnico raciais, ainda há a urgência necessária em procurar estratégias a fim de superar os desafios para a efetividade dos currículos que garantam uma educação de qualidade e igualitária para o então propósito do programa, educar, qualificar e equalizar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Formar Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos In: SOARES, Leôncio (Org). Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C. R. A Educação Popular na escola, editora vozes Petrópolis, RJ 2006, p.10.

BRASIL. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA). Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: SESI/UNESCO. 1999.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades juvenis e escolas. In: UNESCO – Construção Coletiva: Contribuições à EJA - 2ª Ed: Coleção Educação para Todos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

DEMO, P. Avaliação qualitativa. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

FÁVERO, Osmar. **Políticas Públicas de educação de Jovens e Adultos no Brasil**. In.: **SOUZA**, José dos Santos & **SALES**, Sandra Regina (orgs). Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011, pp. 29 – 48.

FREIRE, Paulo Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A; **LAKATOS**, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996

PAIVA, Jane, **MACHADO**, Educação de Jovens e Adultos: direito, concepções e sentidos. (tese). Niterói: UFF, 2005, 482 f.

Acessado em : <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2016/04/RES-CME-041-2013-EJA.pdf>